

CAPÍTULO 26

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA E A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Rafaela Aparecida de Souza
Andreia Cristiane Silva Wiezzel

RESUMO

O desenvolvimento da criança pequena nem sempre foi considerado importante pela sociedade. As contribuições de autores que tratam sobre o desenvolvimento psíquico infantil e as políticas públicas, transformaram a visão assistencialista que havia da creche, atualmente a criança é considerada ser de direitos com capacidades e necessidades específicas, que com mediação do professor e estímulos corretos se desenvolvem integralmente. Esta pesquisa traz reflexões sobre a importância do professor como mediador do ensino e aprendizagem, que parte do contexto em que a criança vive para que o planejamento e as ações sejam efetivas. Traçando algumas mudanças na estrutura escolar. A contribuição de Vygotsky com exposição dos níveis de desenvolvimento e suas características, com a contribuição da Teoria Histórico-cultural. A pesquisa é de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica, e com propostas de ações que podem ser colocadas em prática pelos professores desde o primeiro momento da entrada da criança no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Professor mediador. Ensino e aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças nas políticas públicas que regem a educação infantil foram significativas dentro das instituições, colocando a educação como fator primordial para o desenvolvimento integral. Neste contexto autores como Piaget, Vygotsky e Wallon, foram importantes para compreensão e análise do desenvolvimento da criança, colaborando significativamente nessa nova construção. Essas teorias também tem relevância na formação de professores, principalmente quanto a apropriação de conceitos que envolvem o desenvolvimento intelectual infantil. Dentre essas teorias destaca a Teoria Histórico-cultural, que aborda esse desenvolvimento à luz das relações e mediações realizadas pelos professores durante o processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em conta essas contribuições, o objetivo deste trabalho é apresentar reflexões acerca da importância do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem da criança pequena. Segundo a Teoria Histórico-cultural o artigo organiza-se em três tópicos: o primeiro traz um breve resumo das mudanças que ocorreram na educação infantil e algumas leis que foram essenciais para que esta fosse considerada nos ambientes institucionais como modalidade de ensino. O segundo traz algumas contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento psíquico da criança até a idade pré-escolar. No terceiro tópico será delineada

a relevância da atuação do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem, de maneira a provocar o desenvolvimento psíquico das crianças.

2. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa ganhou espaço no que tange as ciências sociais, a partir dos pesquisadores Frederic Le Play (1806-1882), Sidney Webb (1859-1947) e Beatrice Webb (1858-1943), que tiveram os primeiros trabalhos que descreviam os acontecimentos em suas pesquisas (GODOY, 1995). A partir desses trabalhos foi observada a necessidade de uma abordagem que pudesse detalhar as formas de vida e suas características naturalísticas, já que seus autores perceberam que os dados descritivos precisariam ser analisados/interpretados e não quantificados, surgindo a pesquisa qualitativa (LAKATOS, 2007).

Quando se trata de analisar características dos fenômenos, este método mostrou-se como mais adequado. Para Godoy (1995, p.63): “Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada.” Isto ocorre devido à necessidade de análise de aspectos mais profundos da realidade investigada.

Diante deste contexto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica que, segundo Andrade (2010, p.25), é a primeira fonte para um estudo acadêmico:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

As bases utilizadas nesta pesquisa bibliográfica foram a BDTD e o portal de Periódicos da CAPES.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Mudanças Históricas e Normativas que Transformaram a Perspectiva da Educação Infantil

A criança pequena nem sempre teve amparo educacional, porém, essa demanda surgiu por influência da Revolução Industrial. No Brasil, muitas famílias migraram do campo para os centros urbanos, buscando uma melhoria de vida, incluindo as mães, que antes ficavam

cuidando de suas casas e da criação dos filhos, até resolverem adentrar ao mercado de trabalho, a fim de complementarem a renda familiar.

Essas mudanças geraram a necessidade de amparo às crianças pequenas. Devido aos pais passarem a maior parte do dia fora de casa, cumprindo com suas obrigações empregatícias, os trabalhadores passaram a lutar por este “direito”.

Durante o período inicial o cuidado com as crianças na escola era de caráter assistencialista. Com o passar do tempo e através da realização de estudos, foram identificadas necessidades específicas às crianças passando a considerar a infância e a necessidade de educação.

Desde o aparecimento da primeira instituição de Educação Infantil até os dias atuais, em muitos aspectos, ela foi reconceitualizada. A necessidade da sua criação em diferentes locais, o tipo de atendimento prestado por essas instituições, os objetivos de cada uma, as responsabilidades que essas instituições têm com as crianças, foram percebidas de diferentes maneiras pela sociedade da época. A própria criança passa a ser vista não mais como um adulto em miniatura e sim como um ser que é, que possui desejos, necessidades e um modo próprio de pensar. Os pensadores da época passam a acreditar que o atendimento à criança pequena deve ser diferenciado, com certas especificidades que até então não eram levadas em consideração. Não havia estudos científicos sobre o desenvolvimento da criança, era um atendimento mais intuitivo. Adultos e crianças tinham diferentes maneiras de se perceberem. Atualmente temos pesquisa e estudos que nos possibilitam entender o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo da criança. Porém, mesmo sem se ter esses conhecimentos científicos, aparecem, então, as primeiras instituições para o atendimento da criança pequena (FULY; VEIGA; 2012, p. 89).

Hoje o educar é indissociável do cuidar e faz parte do trabalho do professor. E para que essa mudança ocorresse, leis como a Constituição Federal de (1988) que tornou a educação um direito social a Lei de Diretrizes e Bases de (1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garantindo educação de qualidade e a Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010), foram essenciais, sobretudo no momento de construção do Projeto Político Pedagógico escolar e na organização didática dos professores.

Como desde muito cedo a criança começa a frequentar a creche, a complementação de seu desenvolvimento deve ocorrer dentro do ambiente escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN), em seu art. 29 que diz “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Neste sentido busca-se, neste texto, discutir a atuação do professor como mediador neste processo de desenvolvimento, especialmente a partir da teoria de Vygotsky, que o relaciona ao contexto histórico social e cultural.

3.2 Contribuições de Vygotsky para o Desenvolvimento da Criança

O desenvolvimento da humanidade se dá através da construção histórica deixada pelos que vieram anteriormente, com isso a apropriação dos conceitos, pode construir novos. É notório como teoria de Vygotsky modificou as perspectivas do trabalho do professor Marinho, Cordeiro e Ferreira, (2020), ao colocá-lo como um mediador no processo de ensino e aprendizagem.

Se olha para uma criança de 5 anos, que teve seu desenvolvimento saudável, pode-se pensar: Como o tempo passa, a criança já fala, anda, está indo para a escola. Porém para que todo esse desenvolvimento ocorresse, muitas foram as transformações cognitivas e também sociais, Vygotsky (2018) traça o desenvolvimento humano baseado na teoria do sociointeracionismo, em que o homem se desenvolve através do meio em que vive, e por meios das relações o desenvolvimento psíquico se processa, transformações em contribuição com as “leis gerais do desenvolvimento da personalidade consciente da criança.”

Segundo Vygotsky (2018, p. 94), “quando analisamos o desenvolvimento em geral, chegamos sempre à mesma necessidade de diferenciá-lo, de analisá-lo por partes.” As partes do corpo não crescem proporcionalmente iguais há diferença entre o crescimento de um membro e outro e, para entender como o desenvolvimento psíquico da criança ocorre pode-se relacioná-lo com o crescimento do corpo. Na lei geral do desenvolvimento “as proporções se reestruturam e também o fazem as relações entre as partes” (VYGOTSKY 2018, p. 94).

A psique do homem era apresentada como uma formação complexa. Naturalmente, essa psique começou a ser desmembrada com o objetivo de estudá-la cientificamente, distinguindo-se determinadas funções psicológicas, digamos, memória, atenção, pensamento, vontade, emoção etc. Quando essa antiga psicologia funcional abordava o problema do desenvolvimento infantil, ela pensava que as funções psicológicas se desenvolviam separadamente e que as relações entre elas não se desenvolviam, permaneciam inalteradas (VYGOTSKY, 2018, p. 94).

Diante dessas considerações, o desenvolvimento psíquico para que ocorra em um todo, é preciso que haja um desenvolvimento das partes. No bebê as funções estão interligadas, por ser um momento de muito aprendizado e partir do zero, assim as formas de memorização são intensas ao mesmo tempo que não se encontra recordações de bebês, um pouco contraditório, mas chega um determinado momento que nessa idade ocorre a amnésia Vygotsky (2018), ou seja, a função da memória se desenvolve, mas não é possível de recordação com o passar do tempo, sendo assim existe a consciência, mas é indiferenciada das demais funções. Por isso:

Existem pessoas que afirmam que conservaram flashes de lembranças. São raríssimas essas pessoas e ainda há a questão do quanto essas lembranças são realmente de

quando eram bebês, se estão relacionadas apenas à idade de quando eram bebês ou se surgiram mais tarde (VYGOTSKY, 2018, p. 96).

No bebê é possível verificar a consciência de forma geral no segundo momento do desenvolvimento na primeira infância. Após o primeiro ano de vida que uma função começa a se desenvolver isoladamente se tornando uma função dominante, até que ocorra a formação completa da consciência. É nesse mesmo período que a percepção se desenvolve com máxima concentração, assim:

A lei geral de desenvolvimento afirma que cada função, sistema e aspecto do desenvolvimento tem o seu período ideal e mais intenso. A lei particular que analisamos afirma que o desenvolvimento ideal para a função psicológica é o período em que ela, pela primeira vez, se diferencia do restante da consciência e se apresenta como função dominante (VYGOTSKY, 2018, p. 104).

Leontiev (2010, p. 64) completa:

Consequentemente, podemos dizer que cada estágio do desenvolvimento psíquico caracteriza-se por um relação explícita entre a criança e a realidade principal naquele estágio e por um tipo preciso e dominante de atividade. O critério de transição de um estágio para outro é precisamente a mudança do tipo principal de atividade na relação dominante da criança com a realidade (LEONTIEV, 2010, p. 64).

No período pré-escolar a memória começa a se ligar com a percepção e por meio deles reestruturam o restante do sistema: “e na medida em que há a passagem de uma idade a outra, a complexidade das ligações interfuncionais aumenta extremamente.” (VYGOTSKY, 2018, p. 108). Vygotsky (2018) caracteriza o desenvolvimento em dois níveis, o nível de desenvolvimento real, e o nível de desenvolvimento potencial. O nível de desenvolvimento real é caracterizado quando a criança, em uma atividade, tem capacidade de resolve-la sozinha, por meio de funções de desenvolvimento. O nível de desenvolvimento potencial é caracterizado quando há conjuntos de atividades que a criança não consegue resolver sozinha e necessita de um mediador dando orientações para que consiga este feito. Entre a zona de desenvolvimento real e a potencial existe a distância denominada por Vygotsky como zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

A distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, caracteriza o que Vygotsky denominou de Zona de Desenvolvimento Proximal: "A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário" (VYGOTSKY, 1984, p. 97).

Os referidos níveis não envolvem idades específicas para que o desenvolvimento aconteça. Portanto, é importante que o professor tenha clareza desses níveis e de como a criança se desenvolve para poder criar situações de aprendizado de acordo com os níveis em que se encontra, tornando o ensino mais prazeroso, interessante e compatível com suas necessidades de desenvolvimento.

3.3 A Importância do Professor como Mediador do Ensino

Antes da criança ingressar na escola pela primeira vez, o meio familiar e as pessoas apresentadas para ela são o primeiro contato com o mundo social, por isso o educador deve estar preparado para receber esse aluno sabendo que ele tem uma vivência cultural diferente das que terá na escola. “Tomemos como ponto de partida o fato de que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história” Vygotsky (2010) p.109.

Quando o assunto é desenvolvimento infantil, é necessário que o professor tenha conhecimentos sobre a estágios que a criança perpassa, das formas como ocorrem a concretização da percepção, da memória e do pensamento. Quando se trata da construção histórica de como a humanidade adquire conhecimento diante do meio é imprescindível, que o professor entenda sobre o desenvolvimento, pois em sala de aula ele conseguirá identificar melhor os passos que precisa nos processos a serem mediados.

Assim, embora os estágios do desenvolvimento também se desdobrem ao longo do tempo de uma certa forma, seus limites de idade, todavia, dependem de seu conteúdo e este, por sua vez, é governado pelas condições históricas concretas nas quais está ocorrendo o desenvolvimento da criança (LEONTIEV, 2010, p. 65).

Atualmente a periodização traz grande contribuição dentro do ambiente escolar, por isso a organização dos anos escolares está dividida e é seguida diante das leis que a regem, como exposto na Lei Nº 9394 DE 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que traz a idade obrigatória para a criança estar na escola e suas garantias.

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- VI – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

Dessa forma a periodização é importante para que o professor também possa organizar o processo de ensino e aprendizagem e as mediações necessárias para que haja a construção dos saberes. Quando os documentos oficiais mencionam “alfabetização na idade certa”, é uma forma de estabelecer as relações próximas entre a idade e o ano de escolaridade. Por isso, Elkonin, (2012, p. 149), diz:

Atualmente, em psicologia infantil, é utilizada a periodização elaborada sobre a base do sistema educacional e ensino existente. Os processos de desenvolvimento

psíquicos estão ligados estreitamente a educação e ao ensino da criança, e a divisão do sistema educativo e do ensino está baseada em uma grande experiência prática. Naturalmente, a divisão da infância, estabelecida sobre as bases pedagógicas, aproximam-se relativamente da verdadeira, mas não coincide com ela – o que é essencial – nem está vinculada com a solução da questão das forças propulsoras do desenvolvimento da criança, das leis das transições de um período a outro. (ELKONIN, 2012, p. 149)

O desenvolvimento acontece de forma revolucionária dentro de um processo dialético (EKONIN, 2012), por isso nem sempre a idade dirá o que uma criança é realmente capaz de fazer. Porém, quando o professor se apropria adequadamente dos momentos que seus alunos estão passando é possível fazer escolhas dos objetos de trabalho de forma a contribuir na apropriação dos conhecimentos. No entanto para (VYGOTSKY, 2010, p. 111) esclarece que:

E uma comprovação empírica, frequentemente verificada e indiscutível, que a aprendizagem deve ser coerente com o nível de desenvolvimento da criança. Não é necessário, absolutamente, preceder a provas para demonstrar que só em determinada idade pode-se começar a ensinar a gramática, que só em determinada idade o aluno é capaz de aprender álgebra. Portanto, podemos tomar tranquilamente como ponto de partida o fato fundamental e incontestável de que existe uma relação entre determinado nível de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem (VYGOTSKY, 2010, p.111).

No momento que as crianças começam a frequentar a escola pela primeira vez o trabalho do professor se intensifica pois precisa se dedicar a esses novos alunos e entender o meio social que vivem, mediando o processo de ensino a partir dos conhecimentos adquiridos por estes anteriormente. Se tratando de crianças pequenas, o contato com as famílias pode ser uma estratégia para iniciar o planejamento escolar. O professor se torna a figura que a criança depositará confiança, assim como ela faz com a família e será o principal elo entre a ela e as novas relações sociais, uma confiança que deverá ser estabelecida pela família também, ou seja, duas responsabilidades e oportunidades. Quando ele tem clareza do que quer proporcionar, os objetivos que pretende alcançar, planejando suas ações o ambiente se torna acolhedor o que motiva a criança a curiosidade e ter prazer em aprender.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que ocorreram na educação infantil com as políticas públicas e as teorias contribuíram como forma de enxergar a criança como ser social em desenvolvimento, foram essenciais para que o ensino também fosse atribuído a educação infantil, superando o aspecto restritivo do cuidado.

Neste contexto a teoria histórico-cultural traz muitos benefícios para o entendimento de como ocorre o desenvolvimento da espécie humana, e principalmente, os estágios de desenvolvimento deixados por Vygotsky, que faz com que se não só a criança, mas as suas funções psicológicas, que passam por diversas transformações em contato com o meio social.

Todas essas mudanças são essenciais ao se pensar na formação do professor, de maneira que este possa se apropriar dessas transformações, levando-as para a sala de aula. A educação infantil é uma etapa delicada que o professor precisa reconhecer e entender que o planejamento no início do ano precisa ser acolhedor para a criança e também a família, já que esta fase marca sua entrada no processo de escolarização.

Portanto o professor precisa identificar o meio social que a criança vive, os aspectos culturais, para atrelar a educação a esses elementos. Como mediador o professor passa a ser tão importante quanto a família, pois os cuidados passam a ser do professor no momento em que a criança está na escola. Por isso, ter clareza de seu planejamento e que ele decorre da cultura das crianças é muito importante na construção de seres críticos em um processo adequadamente mediado na construção de saberes relevantes ao desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEB, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ELKONIN, D. B. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. In: LONGAREZI, A. M.; PUENTES, R. V. (Eds). **Ensino desenvolvimental: Antologia Livro 1**. Uberlândia: Edufu, 2017, p. 149-172.

FULY, V. M. S.; VEIGA, S. P. Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, vol. 2, n.6, p.86-94, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/588/552>. Acessado em Mai. 2023.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento psique infantil. In: VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Ícone editora, 11ª ed. São Paulo: ícone, 2010.

MARINHO, A. C. O.; CORDEIRO, S. M. N.; FERREIRA, H. P. O saber docente sobre a teoria histórico-cultural. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, vol. 29 n 1 p.111-123, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/13888/1>. Acessado em: Mar. 2023.



PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da mente**. São Paulo: Martins Fontes 1984.

VYGOTSKY, L. S. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento psíquico infantil. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Ícone editora, 11ª ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Sete aulas de L. S. Vygotsky sobre os fundamentos da pedagogia**. Organização e tradução Zoia Preste, Elizabeth Tunes; tradução Cláudia da Costa Guimarães Santana. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança: os prelúdios do sentimento de personalidade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.